

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

122 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 9 a 13/05/2022

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	1
ECON	1
FISC	1
LIBE e FEMM	1
ENVI	1
2. FUTURO DA EUROPA - DESENVOLVIMENTOS	1
3. SANÇÕES DA UE À RÚSSIA: EMBARGO DE PETRÓLEO - PONTO DE SITUAÇÃO	3
4. NATO - PEDIDO DE ADESÃO DA FINLÂNDIA	5
5. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO: ASSEMBLEIA PARLAMENTAR	5
6. ARMAZENAMENTO DE GÁS MANDATO NEGOCIAL	6
7. RESILIÊNCIA OPERACIONAL DIGITAL - DORA ACORDO PROVISÓRIO	6
8. BCE - INFLAÇÃO	7
9. CIMEIRA UE-JAPÃO	7
10. 60 ANOS DA PAC	7
11. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE FINANCEIRO	7
Fiscalidade das empresas - DEBRA	7
Proteção dos consumidores nos serviços financeiros em linha	8
12. COMISSÃO EUROPEIA DIREITOS DAS CRIANÇAS	8
Nova estratégia para proteger e capacitar as crianças no mundo em linha	8
Novas regras para proteção das crianças contra o abuso sexual	8
13. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
14. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

ECON

A [Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários debateu com Paschal Donohoe](#), ministro das finanças da Irlanda, a situação económica no país e a sua posição relativamente à futura legislação e reformas da UE. Foi referida a redução das projeções de crescimento da Irlanda como consequência da guerra na Ucrânia e do aumento dos preços de energia e mercadorias, a posição da Irlanda sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, União Bancária e propostas legislativas na área financeira em discussão, assim como as repercussões do pico da inflação na Irlanda, custos de habitação e estratégias para redução da dívida. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

FISC

A Subcomissão dos Assuntos Fiscais debateu, com três peritos, a [utilização de regimes fiscais especiais por parte dos oligarcas russos, detalhando as formas como estes escondem os seus ativos no estrangeiro, algumas através de países da UE](#). As questões dos deputados centraram-se na possibilidade de melhoria da legislação existente e criação de novos instrumentos para resolver o problema.

As apresentações dos peritos estão disponíveis [aqui](#) e o vídeo da reunião [aqui](#).

LIBE e FEMM

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros organizaram uma [audição pública sobre a violência baseada no género online](#), debatendo os riscos que as mulheres enfrentam em linha e recomendando medidas para o seu combate, antecipando a análise da [proposta de diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica](#).

A Comissão LIBE debateu também esta semana [formas de combate à violência policial na UE](#), tendo sido salientada a necessidade de formação, monitorização e responsabilização para fazer face ao uso excessivo da força. O [vídeo](#) desta discussão encontra-se disponível.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar adotou a sua posição favorável à [proposta para revisão das normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos novos automóveis e veículos comerciais ligeiros, expressando o seu apoio à proposta da Comissão de alcançar uma mobilidade rodoviária com emissões zero até 2035](#).

2. FUTURO DA EUROPA - DESENVOLVIMENTOS

Demos nota, na Síntese n.º [121](#), do [evento](#) de **encerramento da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE)**, realizado a dia 9 de maio, em [Estrasburgo](#). Nessa ocasião, foi apresentado o [relatório final da Conferência](#) pelos copresidentes da Conferência - Dubravka Šuica, Guy Verhofstadt e Clément Beaune. O destaque vai para as [49 propostas](#) e mais de 320 medidas com objetivos concretos para que as instituições da UE dêem seguimento, organizados em torno de nove tópicos: alterações climáticas e ambiente; saúde; uma economia mais forte, justiça social e emprego; a UE no mundo; valores e direitos, Estado de direito, segurança; transformação digital, democracia europeia; migração, educação, cultura, juventude e desporto.

O evento, em que esteve presente o Primeiro-Ministro português António Costa, foi também marcado pelos discursos dos Presidentes das instituições europeias, nomeadamente Ursula von der Leyen (Comissão Europeia), Roberta Metsola (Parlamento Europeu) e Emmanuel Macron (Conselho da UE).

No seu discurso ([aqui](#)), a Presidente do PE, **Roberta Metsola**, destacou que a Conferência também prova que existe um fosso entre o que as pessoas esperam e o que a Europa é capaz de realizar neste momento. Por conseguinte, considerou que *“precisamos de uma convenção como próximo passo. E é nisso que o Parlamento Europeu vai insistir. Há questões que simplesmente não podem esperar, particularmente nas áreas da saúde, energia e segurança.”*

Ursula von der Leyen, por seu lado, referiu (discurso [aqui](#)) que a Conferência *“provou que esta forma de democracia (participativa) funciona. E creio que devemos dar-lhe mais espaço, deve tornar-se parte da forma como fazemos política. É por isso que vou propor que, no futuro, possamos dar aos Painéis de Cidadãos o tempo e os recursos necessários para fazerem recomendações antes de apresentarmos propostas legislativas fundamentais. Porque estou convencida de que a democracia não se esgota com eleições, conferências ou convenções.”* Assinalou, ainda, que *“Esta é a imagem que eu quero que celebremos no dia 9 de Maio. Uma imagem muito mais poderosa do que qualquer desfile militar a subir e a descer as ruas de Moscovo neste preciso momento. E quero que esta imagem nos recorde que nunca tomemos por garantido o que é a Europa e o que ela significa. A Europa é um sonho. Um sonho que sempre foi. Um sonho que nasceu da tragédia.”* Numa outra passagem de relevo, considerou que *“a unanimidade em algumas áreas simplesmente não faz sentido se quisermos avançar rapidamente”*.

O Presidente francês, **Emmanuel Macron** (discurso [aqui](#)) apresentou um conjunto de ideias para redesenhar o mapa político da Europa, uma nova organização que daria à Ucrânia uma relação mais estreita com a UE - e que poderia mesmo incluir o Reino Unido.

Macron propôs uma nova *“comunidade política europeia”*, que incluiria tanto membros como não membros da UE: *“Esta nova organização europeia permitiria às nações democráticas europeias aderentes ao nosso conjunto de valores encontrar um novo espaço para a cooperação política, segurança, cooperação em energia, transportes, investimento, infra-estruturas e a circulação de pessoas, especialmente a nossa juventude”*, referiu. Acrescentou, ainda, que *“A sua adesão não prejudicaria necessariamente a futura adesão à União Europeia, tal como não seria fechada àqueles que a abandonaram”*.

Recorde-se que, tal como havíamos dado nota na Síntese n.º [119](#), Macron não foi o primeiro a apresentar um plano para reforçar os laços da UE com os países parceiros, incluindo a Ucrânia, antes de conceder a adesão formal. No mês passado, **Enrico Letta**, antigo primeiro-ministro italiano e líder do Partido Democrata Italiano, propôs uma *“confederação europeia”* com países membros aspirantes, que começaria com uma *“área económica”* partilhada, acrescentando gradualmente compromissos e eventualmente incluindo uma cláusula de defesa comum.

No que diz respeito ao seguimento do trabalho da Conferência, e a título pessoal e de Chefe de Estado francês (e não como Presidente do Conselho da UE), referiu que, face ao que consta do relatório final, *“teremos também de reformar os nossos textos, isso é óbvio. E também gostaria de dizer claramente hoje que uma das formas de realizar esta reforma é convocar uma convenção para rever os tratados. Esta é uma proposta do Parlamento Europeu, e eu aprovo-a. Sou a favor disso. Isso significa que estamos agora a trabalhar arduamente, com base nas vossas propostas e no vosso trabalho, para definir os nossos objectivos porque temos de iniciar uma convenção sabendo para onde vamos.”*

Recorde-se que o PE aprovou, na sessão plenária, uma [resolução](#) em que reconhece que as *“propostas ambiciosas e construtivas”* que saíram da Conferência **requerem alterações ao Tratado**, por exemplo, sobre uma UE mais simples, mais transparente, mais responsável e mais democrática. Para tal, solicitou-se à [Comissão dos Assuntos Constitucionais](#) que prepare propostas de reforma dos Tratados

da UE, a realizar através de uma Convenção, em conformidade com o [artigo 48º do Tratado da União Europeia](#) (TUE).

Este artigo define, no seu número 2, que “O Governo de qualquer Estado-Membro, o Parlamento Europeu ou a Comissão podem submeter ao Conselho projetos de revisão dos Tratados. Esses projectos podem, nomeadamente, ir no sentido de aumentar ou reduzir as competências atribuídas à União pelos Tratados. Os projetos são enviados pelo Conselho ao Conselho Europeu e notificados aos Parlamentos nacionais.” O número 3 estipula que (sublinhado nosso) “Se o Conselho Europeu, após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, adoptar por **maioria simples** uma decisão favorável à análise das alterações propostas, o Presidente do Conselho Europeu convoca uma **Convenção** composta por representantes dos Parlamentos nacionais, dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu e da Comissão. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, é igualmente consultado o Banco Central Europeu. A Convenção analisa os projectos de revisão e adopta por consenso uma recomendação dirigida a uma Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros” (Conferência Intergovernamental).

Como tal, importa acompanhar o que o **Conselho Europeu de junho** concluir sobre esta matéria e que sinal será dado sobre a possibilidade de convocação desta Convenção, dado que será necessário que **14 Estados-Membros apoiem essa ideia** para formar a necessária maioria simples mencionada no artigo n.º 48.º do TUE. Note-se que, no dia 9 de maio, **13 Estados-Membros** (Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Eslovénia e Suécia) tornaram público um *non-paper* sobre os resultados e o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Nesse documento, assinala-se que “A Conferência sobre o Futuro da Europa tem sido um exercício democrático sem precedentes. Facilitou um diálogo inspirador com - e entre - cidadãos de toda a Europa sobre como vêem o papel para a UE nos próximos anos (...)” e “demonstrou um interesse claro e positivo em discutir políticas reais e resultados específicos que afectam os cidadãos na sua vida quotidiana.” Porém, recorda-se (sublinhados nossos) “que a alteração do Tratado nunca foi um objectivo da Conferência. O que importa é que abordemos as ideias e preocupações dos cidadãos. Embora não excluamos quaisquer opções nesta fase, não apoiamos tentativas desconsideradas e prematuras de lançar um processo no sentido de uma mudança do Tratado. Isto implicaria um sério risco de afastar a energia política das importantes tarefas de encontrar soluções para as questões para as quais os nossos cidadãos esperam respostas e lidar com os urgentes desafios geopolíticos que a Europa enfrenta.”

Um destes Estados-Membros é a Dinamarca, que terá um [referendo no dia 1 de junho](#) sobre sua cláusula de *opt-out* em matéria de defesa, precisamente uma das áreas afetadas pela proposta que a Conferência fez de **abolir a unanimidade em todas as áreas**.

3. SANÇÕES DA UE À RÚSSIA: EMBARGO DE PETRÓLEO - PONTO DE SITUAÇÃO

No seu [discurso perante o Plenário do Parlamento Europeu](#), em Estrasburgo, no passado dia 4 de maio, a Presidente da Comissão Europeia anunciou a intenção de apresentar uma proposta para que as sanções a impor à Federação Russa como consequência da agressão militar incluam as importações de petróleo russo (uma síntese deste proposto sexto pacote de sanções está disponível [aqui](#)).

Segundo Ursula von der Leyen, tal “*não vai ser fácil*” pois “*alguns Estados Membros são fortemente dependentes do petróleo russo. Mas temos simplesmente de trabalhar nesse sentido.*” Como tal, é proposta agora “*uma proibição total de importação de todo o petróleo russo, marítimo e oleoduto, bruto e refinado. Certificar-nos-emos de que eliminaremos gradualmente o petróleo russo de forma ordenada, de modo a permitir-nos e aos nossos parceiros assegurar rotas de abastecimento alternativas e minimizar o impacto*

nos mercados globais. É por isso que iremos eliminar progressivamente o fornecimento russo de petróleo bruto no prazo de seis meses e de produtos refinados até ao final do ano.”

Porém, esta proposta tem encontrado resistência de alguns Estados-Membros, nomeadamente da [Hungria](#) e da [Eslováquia](#), países sem acesso ao mar e que são fortemente dependentes do petróleo russo. A [Grécia](#) terá também suscitado reservas pelo facto de as sanções afetarem o transporte marítimo de petróleo, setor em que os petroleiros gregos têm particular interesse. As negociações têm prosseguido ao nível do Conselho (Comité de Representantes Permanentes), tendo sido proposto um período de transição de um ano para a Hungria e a Eslováquia, mas ainda não foi possível chegar a um acordo. A Hungria, por exemplo, tem defendido uma isenção dos abastecimentos [através de oleodutos](#).

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, [esteve em Budapeste esta semana](#) para se encontrar com o Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán, mas sem grandes progressos.



Esteve igualmente prevista, para esta semana, uma reunião entre a Presidência francesa e alguns Estados-Membros mais afetados por estas sanções, que foi adiada *sine die* após um [diferendo diplomático](#) entre a Hungria e a Croácia, causado por [comentários](#) do Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán.

De momento, não foi ainda possível alcançar um acordo e as [negociações prosseguirão pelo fim-de-semana](#) e, possivelmente, no Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da próxima segunda-feira.

Entretanto, o [operador de gasodutos da Ucrânia recusa-se a continuar a transportar gás](#) de áreas do país sob o controlo das tropas russas, levando a que o fluxo de gás russo através da Ucrânia para a UE tenha caído 1/4 na passada quarta-feira. Tal acontece pela primeira vez desde que a Federação Russa iniciou a agressão militar na Ucrânia.

Algumas análises, como [esta](#) do *Politico*, antecipam já os problemas que surgirão se e quando as sanções visarem o setor do gás natural.

Finalmente, o grupo liberal *Renew Europe* no Parlamento Europeu quer alargar a lista das sanções da UE à Rússia para incluir os europeus que fazem parte dos conselhos de administração das principais empresas russas, incluindo o antigo Chanceler alemão Gerhard Schröder. Um projeto de resolução elaborado pelo deputado espanhol [Luis Garicano](#) “*apela ao Conselho para alargar a lista de indivíduos visados pelas sanções da UE aos membros europeus dos conselhos de administração das principais empresas russas, incluindo nomeadamente o ex-Chanceler Gerhard Schröder*”.

O Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, disse esta semana que a [Ucrânia precisará de 500 a 600 mil milhões de euros para a reconstrução](#) e que a UE cobrirá uma “grande parte” desse esforço.

Finalmente, há [relatos](#) de que o efeito total das sanções ocidentais na indústria aeronáutica russa é agora evidente: desde o início da guerra, a Agência Federal de Transportes Aéreos da Rússia, *Rosaviatsiya*, encerrou 11 aeroportos mais pequenos, em grande parte no centro e sul do país, por questões de segurança. Perante o baixo tráfego, os aeroportos foram forçados a despedir funcionários. Em Sheremetyevo, o maior aeroporto de Moscovo, quase um quinto do pessoal está em licença; Vnukovo, também na capital, notificou na semana passada cerca de 2.000 funcionários sobre possíveis despedimentos.

4. NATO - PEDIDO DE ADESÃO DA FINLÂNDIA

Demos nota, na síntese n.º [119](#), que desde o início da invasão russa da Ucrânia, a 24 de fevereiro, que se tem intensificado o **debate sobre uma possível adesão da Finlândia e da Suécia à NATO** (o *Atlantic Council* disponibiliza uma análise sintética desta matéria [aqui](#)). No passado dia 13 de abril, as Primeiras-Ministras da Finlândia, Sanna Marin, e da Suécia, Magdalena Andersson, reuniram-se para discutir as preocupações de segurança na região. Este [briefing](#) do programa GPS da CNN acrescenta uma dimensão analítica a este tema, bem como este do *Atlantic Council* ([aqui](#)).

Esta semana, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro da **Finlândia** fizeram uma [declaração conjunta](#) sobre esta questão (disponível [aqui](#)), em que afirmam que a adesão à Aliança Atlântica reforçaria a segurança da Finlândia, o que deve acontecer sem demora. O Parlamento finlandês deverá concluir nos próximos dias as suas deliberações sobre o recente relatório do governo de 13 de Abril sobre a reavaliação da situação de segurança disponível [aqui](#), em inglês.

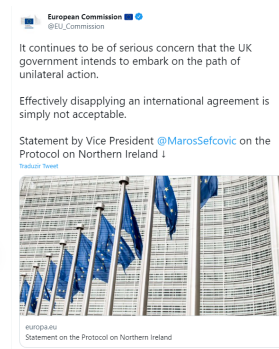
No que diz respeito à **Suécia**, o governo tomou a iniciativa de consultar os partidos no Parlamento para discutir as mudanças na situação política de segurança como consequência da agressão russa contra a Ucrânia. Os **resultados dessas consultas foram apresentados hoje** (disponíveis [aqui](#)). As principais conclusões demonstram que não há nenhuma garantia, dentro dos quadros de cooperação atuais de que a Suécia faz parte, de que a Suécia receberia ajuda se fosse sujeita a uma ameaça ou agressão grave. A crise de segurança também tornou evidente os limites das obrigações da NATO para com os não aliados, deixando claro que o artigo 5º só se aplica aos membros da aliança. Finalmente, uma adesão sueca à NATO aumentaria o limiar para conflitos militares e teria assim um efeito restritivo sobre a possibilidade de conflitos militares no norte da Europa. Se tanto a Suécia como a Finlândia se tornassem membros da NATO, todos os países nórdicos e bálticos fariam parte das garantias de defesa colectiva e as atuais inseguranças sobre a forma como a ação coletiva seria formada numa crise de segurança ou um ataque armado diminuiriam. O Partido Social-Democrata da Suécia (no poder) disse que anunciará a sua posição sobre a adesão à NATO este fim-de-semana. Existe uma expectativa de que os dois países apresentem um pedido formal em conjunto. Recorde-se que a próxima Cimeira da NATO terá lugar em Madrid, nos dias 29 e 30 de junho de 2022.

5. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO: ASSEMBLEIA PARLAMENTAR

Esta semana, teve lugar a [reunião constitutiva](#) da [Assembleia Parlamentar da Parceria UE-Reino Unido](#), que foi criada na sequência da entrada em vigor do novo [Acordo de Comércio e Cooperação em janeiro de 2021](#). O Vice-Presidente do PE, Pedro Silva Pereira, faz parte da delegação do PE a esta Assembleia, que visa ser um fórum parlamentar para troca de opiniões sobre as relações UE-Reino Unido. Pode também solicitar informações ao Conselho de Parceria - o principal órgão conjunto UE-Reino Unido que supervisiona a implementação do Acordo - e fazer-lhe recomendações. O Conselho de Parceria é atualmente presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Liz Truss.

A agenda da reunião está disponível [aqui](#) e o registo vídeo [aqui](#) e [aqui](#). A reunião foi organizada em duas sessões: a primeira, realizada a 12 de Maio, foi dedicada a discussões sobre o ponto da situação no seio do Conselho de Parceria e da cooperação UE-Reino Unido em relação à guerra na Ucrânia, bem como à abordagem de questões técnicas tão importantes como o acordo do Regulamento Interno e a procura e partilha de informações relevantes com o Conselho de Parceria. A segunda sessão, a 13 de Maio, centrou-se no impacto das questões do Acordo de Saída no trabalho do Conselho de Parceria e na importância de construir a nova relação multidimensional UE-Reino Unido, na cooperação no domínio da energia e no trabalho futuro da Assembleia.

Esta reunião teve lugar num momento crucial para as relações UE-Reino Unido, na sequência de sinais de que o governo britânico poderia, na próxima semana, [introduzir legislação para limitar a aplicação legal de alguns aspectos do protocolo](#) da Irlanda do Norte. O Vice-Presidente da Comissão Europeia Maroš Šefčovič e a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido Liz Truss mantiveram uma conversa telefónica esta semana, tendo a Comissão Europeia divulgado um comunicado imediatamente a seguir (disponível [aqui](#)), onde manifesta a sua séria preocupação com a intenção britânica de agir “unilateralmente” e em “violação de um acordo internacional”.



Recorde-se que, nas recentes [eleições para a Assembleia Legislativa da Irlanda do Norte](#), o Sinn Féin (republicano e defensor da reunificação com a Irlanda) emergiu pela primeira vez como o maior partido. O partido unionista democrata (DUP) tem-se recusado a entrar na partilha do poder prevista nos Acordos de Sexta-Feira Santa até que o protocolo seja fixado para restaurar totalmente o lugar da Irlanda do Norte no mercado interno do Reino Unido. Note-se que, de acordo com as estimativas do *Financial Times*, 60% dos Deputados recém-eleitos na Assembleia da Irlanda do Norte representam partidos que apoiam o Protocolo.

Ao mesmo tempo, começam a surgir as primeiras análises sobre o impacto do Protocolo na economia da Irlanda do Norte. O [National Institute of Economic and Social Research](#) (independente) deu [nota](#), recentemente, de que o crescimento económico da Irlanda do Norte tinha superado a média britânica e que o tinha feito em parte devido ao Protocolo e ao “*estatuto especial da região nos acordos relativos ao Brexit, incluindo melhores condições comerciais e de investimento como parte do mercado único e da união aduaneira da UE*”. O relatório será disponibilizado hoje, [aqui](#).

6. ARMAZENAMENTO DE GÁS | MANDATO NEGOCIAL

O Conselho definiu esta semana o seu [mandato](#) para negociar com o Parlamento Europeu a proposta relativa ao armazenamento de gás. A Comissão Europeia apresentou em março a [proposta relativa à política de armazenamento de gás](#), que [altera os regulamentos relativos à segurança do aprovisionamento e às condições de acesso às redes de transporte de gás natural](#). O mandato especifica as regras de armazenamento subterrâneo de gás, possibilidade de contagem das existências de GNL e limitação de um determinado volume do consumo anual, que os Estados-Membros sem instalações de armazenamento terão acesso a reservas de armazenamento de gás noutros Estados-Membros, partilhando o encargo financeiro que acarretam, e certificação obrigatória dos operadores de sistemas de armazenamento.

7. RESILIÊNCIA OPERACIONAL DIGITAL - DORA | ACORDO PROVISÓRIO

O Conselho e o Parlamento Europeu alcançaram um [acordo provisório](#) sobre a [resiliência operacional digital do setor financeiro \(DORA\)](#). Este regulamento estabelece requisitos uniformes para a segurança das redes e sistemas de informação de empresas e organizações que operam no setor financeiro, bem como de terceiros que lhes prestam serviços no âmbito das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação - (como plataformas ou serviços de análises de dados). O quadro regulamentar prevê assim que **todas as empresas se certifiquem que podem resistir, responder e recuperar de perturbações e ameaças relacionadas com as TIC, mitigando e prevenindo ameaças cibernéticas.**

8. BCE - INFLAÇÃO

Num discurso (disponível [aqui](#)) proferido no Banco Central esloveno, a Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, assinalou a **possibilidade forte de um aumento da principal taxa de juro do Banco Central Europeu em julho**, no que seria o primeiro aumento na última década. Lagarde afirmou que esperava que o banco deixasse de expandir o seu balanço através da compra de obrigações “no início do terceiro trimestre” e que depois aumentasse as taxas “algum tempo”, o que “poderia significar um período de apenas algumas semanas”. Acrescentou que “ações que demonstrem o nosso empenho na estabilidade dos preços” seriam fundamentais para garantir que as expectativas das empresas e das famílias quanto à inflação futura não aumentassem mais e testassem a credibilidade do Banco Central. A inflação da zona euro atingiu um recorde de 7,5% em abril - quase quatro vezes o objetivo do banco central de 2%.

9. CIMEIRA UE-JAPÃO

No dia 12 de maio teve lugar a [Cimeira UE-Japão](#), tendo o Presidente do Conselho Europeu e a Presidente da Comissão Europeia reunido com o Primeiro-Ministro japonês, Fumio Kishida, em Tóquio. Foi **reafirmada a parceria estreita e abrangente entre a UE e o Japão** e debatida a guerra da Rússia contra a Ucrânia, condenando esta agressão, questões de segurança e defesa com enfoque no desarmamento e cooperação na cibersegurança, luta contra a desinformação, segurança marítima e gestão de crises, bem como lançada a [parceria digital entre a UE e o Japão](#). Referiu-se ainda o reforço da cooperação para assegurar uma região do Indo-Pacífico livre e aberta, com apoio à unidade e centralidade da ASEAN e condenação da continuação de ensaios ilegais de mísseis balísticos na Coreia do Norte, tendo sido demonstrada preocupação com a situação no mar da China Oriental.

A declaração conjunta adotada no âmbito desta cimeira encontra-se disponível [aqui](#), e as declarações do Presidente Charles Michel [aqui](#).

10. 60 ANOS DA PAC

2022 marca o **60.º aniversário da Política Agrícola Comum (PAC)** e é também um ponto crucial de mudança no seu funcionamento. O *think tank* do PE disponibilizou uma [cronologia](#) dos mais importantes desenvolvimentos desta política e da sua legislação nas últimas seis décadas. A cronologia encontra-se dividida em três fases: [as origens da PAC, a sua reforma e o seu futuro](#).

11. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE FINANCEIRO

Fiscalidade das empresas - DEBRA

A Comissão Europeia propôs uma [dedução para reduzir a distorção fiscal a favor da dívida \(DEBRA\)](#) para ajudar as empresas a aceder ao financiamento de que necessitam e a tornar-se mais resilientes.

Esta iniciativa faz parte da [estratégia da UE relativa à tributação das empresas](#) e que contribui para a [União dos Mercados de Capitais](#). Esta medida apoiará as empresas através da introdução de uma dedução que concederá aos capitais próprios o mesmo tratamento que à dívida, prevendo que os aumentos de capitais próprios de um contribuinte de um exercício fiscal para o outro serão dedutíveis da sua matéria coletável, à semelhança do que acontece com a dívida.

A seção de [perguntas e respostas](#) complementa esta informação.

Proteção dos consumidores nos serviços financeiros em linha

Uma reforma das atuais [regras da UE em matéria de comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores](#) que regem os serviços financeiros vendidos à distância foi também adotada pela Comissão Europeia esta semana. Pretende-se assim reforçar os direitos dos consumidores e promover a prestação transfronteiras de serviços financeiros no mercado único.

Esta [proposta](#) introduz ações em vários domínios:

- acesso mais fácil ao direito de retratação de 14 dias, devendo os profissionais disponibilizar um botão de retratação quando venderem através de meios eletrónicos;
- regras claras sobre que informações pré-contratuais, e como e quando essas informações devem ser prestadas;
- regras especiais para proteger os consumidores aquando da celebração de contratos de serviços financeiros em linha; execução de sanções mais severas aos contratos celebrados à distância em caso de infrações transfronteiriças generalizadas;
- harmonização plena para assegurar o mesmo nível elevado de proteção dos consumidores em todo o mercado interno.

O Comissário Didier Reynders referiu, quanto a esta proposta, que «*O mundo dos serviços financeiros evolui; as nossas regras devem evoluir em conformidade: é tão simples quanto isso. (...) Embora os riscos e os desafios possam variar, o nosso foco invariável é a segurança dos consumidores.*».

12. COMISSÃO EUROPEIA | DIREITOS DAS CRIANÇAS

Nova estratégia para proteger e capacitar as crianças no mundo em linha

Foi adotada pela Comissão uma [nova estratégia europeia para uma internet melhor para as crianças \(BIK +\)](#), visando promover serviços digitais adequados à idade e garantir que todas as crianças são protegidas, capacitadas e respeitadas em linha. Esta [estratégia](#) constitui a vertente digital da [estratégia da UE sobre os direitos da criança](#) e assenta em três pilares fundamentais:

1. Experiências digitais seguras que protejam as crianças de conteúdos, comportamentos e riscos nocivos e ilegais (também explorando a forma de utilizar a [carteira europeia de identidade digital](#));
2. Capacitação digital para que as crianças adquiram as aptidões e competências necessárias para poderem fazer escolhas informadas e exprimir-se no ambiente em linha de forma segura e responsável (através da rede de centros [internet segura](#) e do portal [betterinternetforkids.eu](#));
3. Participação ativa, respeitando as crianças e dando-lhes uma palavra a dizer no meio digital.

A Comissão disponibiliza uma seção de perguntas e respostas sobre o tema [aqui](#).

Novas regras para proteção das crianças contra o abuso sexual

A Comissão Europeia propôs também [nova legislação da UE para prevenir e lutar contra o abuso sexual de crianças na internet](#). Para combater eficazmente a utilização indevida dos serviços em linha para efeitos de abuso sexual de crianças, situação exacerbada pela pandemia, são necessárias regras claras, acompanhadas de condições e salvaguardas sólidas. As [regras](#) incluirão: uma apreciação dos riscos e medidas de redução dos riscos obrigatórias; obrigações de deteção direcionadas, com base numa ordem de deteção; salvaguardas sólidas no respeitante à deteção; obrigações claras de denúncia; remoção efetiva; redução da exposição ao aliciamento de menores; mecanismos de controlo eficazes e vias de recurso judicial.

Prevê-se ainda a criação de um centro independente da UE dedicado ao problema (*Centro da UE*) e que apoiará os fornecedores de serviços em linha no cumprimento das novas obrigações, assim como as forças policiais nacionais e a Europol, os Estados-Membros e as próprias vítimas.

A Comissão elaborou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

13. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Esta semana teve lugar a [VI Conferência de Bruxelas subordinada ao tema *Apoiar o futuro da Síria e da região*](#). A vertente ministerial de alto nível teve lugar no dia 10 de maio e reuniu as instituições da UE, representantes de 55 países e 22 organizações internacionais. Como principal evento de 2022 para os doadores em favor da Síria e da região, **a conferência conseguiu mobilizar ajuda através de compromissos que totalizam 6,4 mil milhões de euros para este ano e para os anos seguintes**, sendo mais elevados que em 2021. Esta conferência constituiu ainda uma oportunidade para procurar superar eficazmente a situação atual na Síria, continuar a apoiar os esforços enviados pela ONU para encontrar uma solução política global para o conflito, mobilizar apoio financeiro para satisfazer as necessidades dos refugiados e prosseguir e aprofundar o diálogo com a sociedade civil.

14. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos do PE serão dedicados às reuniões das [comissões parlamentares](#) e à [sessão plenária](#) em Bruxelas.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [18 de maio](#), destacando-se o plano *RePowerEU; Apoio e reconstrução da Ucrânia; Análise das lacunas de investimento em defesa; Parcerias Internacionais e pacote de energia: Nova estratégia sobre o compromisso energético internacional e Comunicação conjunta sobre uma parceria com o Golfo; Pacote de primavera do Semestre Europeu*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 16.05: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 17.05: [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#)
- 20.05: [Conselho de Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#)

Bruxelas | 13 de maio de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).